



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

PROJETO DE LEI Nº 301/2023

Denomina de "Poeta Juca Pontes" a Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa localizada na cidade de João Pessoa. Exara-se parecer pela constitucionalidade da matéria.

Conforme e o autor, a presente proposição homenageia Juca Pontes, jornalista, escritor, poeta e um dos fundadores da Confraria Sol das Letras, que realiza eventos literários na Academia Paraibana de Letras, tendo prestado relevantes serviços a todo o movimento cultural paraibano. Não há obstáculos jurídicos em relação à matéria, **devendo ser aprovada**.

AUTOR (A): DEP. GOVERNO DO ESTADO

RELATOR (A): DEP. Eduardo Carneiro. Relatoria redesignada em reunião para a Dep. Camila Toscano.

PARECER Nº 165 /2023

I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 301/2023**, que denomina de **"Poeta Juca Pontes"** a Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa localizada na cidade de João Pessoa.

Parecer opinativo elaborado por Consultor Legislativo efetivo e posto à aprovação do Deputado Relator.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.





ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Comissão de Constituição, Justiça e Redação

II - VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise tem por finalidade denominar a Escola Técnica Estadual de Arte, Tecnologia e Economia Criativa localizada na cidade de João Pessoa.

Em sua justificativa o autor traz um relato sobre a trajetória do homenageado, que foi um grande escritor e jornalista paraibano.

Ressalta o autor a influência da personalidade no desenvolvimento da região, prestando relevantes serviços aos seus conterrâneos, contribuindo, assim, para o progresso local.

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação examinar a admissibilidade das proposições em geral, quanto à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, nos termos do art. 31, I, do Regimento Interno dessa Casa.

Assim, no que atine à constitucionalidade da proposta, não há qualquer ofensa de cunho material ou formal à Constituição Federal e Constituição Estadual.

Quanto à juridicidade, entendemos que o projeto não diverge de princípios jurídicos que possam obstar sua aprovação por esta







Comissão, restando, ao contrário, inserido no ordenamento jurídicopositivo. É de se notar que obedece ao texto da Lei Federal 6.454/1977
que "dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e
monumentos públicos, e dá outras providências", uma vez que a matéria
apenas atribui denominação, homenageando pessoa já falecida.

Diante do exposto, esta relatoria está convencida CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 301/2023, uma vez que compete ao parlamento legislar sobre matéria que esteja revestida de amplo interesse público, em conformidade com o art. 52 da Constituição Estadual.

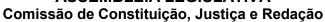
É como voto.

Sala Virtual, data da reunião.

Relator



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA





III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, por unanimidade, é pela CONSTITUCIONALIDADE e JURIDICIDADE do Projeto de Lei nº 301/2023, nos termos do Voto do Relator.

É o parecer.

Sala Virtual, data da reunião.

DEP, CAMILA TOSCANO

DEP. DANIELLE DO VALE

Membro

PRESIDENTE

FELIPE LEITÃO

Membro

MEMBRO

DEP. EDUARDO CARNEIRO

Membro

Membro

DEP. TACIANO DINIZ

Membro